

COMPENSAÇÕES À ARGENTINA

Marcos Savini
Da equipe do **Correio**

Brasileiros e argentinos ainda estão quebrando a cabeça para encontrar uma saída para a crise que afeta o Brasil e põe em risco o futuro do Mercosul. Preocupado com as perspectivas cada vez mais sombrias para as empresas de seu país, que dirige um terço de suas exportações para o Brasil, o secretário da Indústria, Comércio e Mineração da Argentina, Allieto Guadagni, passou o dia de ontem reunido com o colega Celso Lafer discutindo formas de compensar as perdas que a desvalorização do real provocará aos exportadores argentinos. E saiu com a promessa de respostas para daqui um mês.

Ainda não existem dados sobre quais setores foram mais afetados. Mas sabe-se que as exportações da indústria automobilística argentina para o Brasil já estavam sofrendo uma queda drástica antes mesmo da primeira desvalorização, de 9%, do valor do real, no dia 13. Segundo a Câmara de Comércio Automotor, a venda total de veículos caiu de 25.367 para 17.668 unidades nos primeiros dez dias de 1999 em relação ao mesmo período de 1998 — queda de 30,35%.

São duas as principais reclamações dos argentinos em relação às políticas de apoio às exportações do Brasil: a devolução de impostos (PIS e Cofins) no caso de produtos destinados ao mercado externo e o Programa de Apoio às Exportações (Proex).

No caso da devolução dos impostos, que implica, segundo Allieto Guadagni, reduções de 5% a 37% para os exportadores brasileiros, ele pede que essa prática seja abolida para produtos vendidos no âmbito do Mercosul. “Na Argentina, não há devolução quando as vendas vão para o Brasil, Paraguai ou Uruguai”, comentou.

Guadagni quer que, como acontece em seu país, os produtos vendidos para países do Mercosul sejam computados como vendas para o mercado interno. Assim, não podem receber de volta o que pagaram em impostos.

Os argentinos também querem a extinção das linhas de financiamento do Proex para produtos exportados para o Mercosul. Nesse caso, o governo brasileiro admite que poderá reti-

rar o benefício. Mas ainda não se sabe se o fim dos financiamentos valerá para tudo o que é vendido para a Argentina, Paraguai e Uruguai; ou se o Cofins e o PIS deixarão de ser devolvidos apenas no caso de alguns produtos que se tornaram muito competitivos, por conta da desvalorização do real, a ponto de causar grandes estragos aos produtores argentinos.

AVALIAÇÃO

O ministro Celso Lafer prometeu que o governo brasileiro avaliará “com cuidado” as propostas argentinas. O prazo para uma resposta será de um mês. Até lá, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio estudará os impactos que a desvalorização da moeda causará “nas cadeias produtivas” do país.

Segundo Lafer, a devolução dos impostos é um instrumento importante para “não onerar o produtor brasileiro que exporta”. Por isso, considera o tema “difícil e complicado”. Mas admite que a reforma tributária no Congresso terá de combinar “a necessidade de arrecadação e de competitividade dos produtos brasileiros” levando em conta os parceiros do Mercosul.

Lafer e Guadagni fizeram questão de dizer que os dois governos garantirão a “continuidade” e o “aprofundamento” do Mercosul. Mas ninguém sabe ainda qual será a resposta para os caminhos opostos que Brasil e Argentina, os dois parceiros de maior peso no bloco, estão adotando em suas políticas macroeconômicas: enquanto aqui adota-se a livre flutuação do câmbio, lá o presidente do

Banco Central argentino, Pedro Pou, propõe a dolarização definitiva da economia por volta do ano 2002.

O ministro Celso Lafer interpreta a idéia como uma ameaça à viabilidade do bloco: “Essa proposta não contribui para o encaminhamento construtivo de longo prazo do Mercosul. Nós temos fluxos de comércio que se dirigem não apenas para as Américas, mas também para a Ásia e para a Europa. Nós nos preocupamos com a diversificação geográfica de nossos mercados”, explicou.

Allieto Guadagni respondeu que a dolarização — que na prática significa o fim do peso argentino — possibilitaria a diminuição da percepção do risco e das taxas de juros, transformando o Mercosul em um “foco de atração para investimentos mundiais”.